



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

PÁGINA
01

DESTINA-SE AO ARQUIVO GERAL PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1/1997

TOTAL DE PÁGINAS: 12.

ASSUNTO:- Aprova as Contas dos Poderes Executivo e Legislativo, relativas ao Exercício Financeiro de 1.994, conforme Parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE.

AUTOR: COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.

APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA EM 8/9/1997.

REMETIDO EM 9/9/1997.

OFÍCIO Nº 714 E 716/96/DAB*.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/1997.



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Londrina N.º 964 - Fone (044) 264-2277 - Caixa Postal 070
CEP 86985-000 - SARANDI - PARANÁ

APROVADO EM 08/05/97
POR [assinatura]

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº **001/97**

SÚMULA:- APROVA as Contas dos Poderes Executivo e Legislativo, relativas ao Exercício Financeiro de 1.994, conforme PARECER do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, cumprindo o que determina os artigos 47, inciso VI, alínea "b" do Regimento Interno e 32, inciso VII da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, APROVA o seguinte:

D E C R E T O L E G I S L A T I V O

Art. 1º - Ficam, por força deste Decreto Legislativo, aprovadas as contas dos Poderes EXECUTIVO e LEGISLATIVO do Município de Sarandi, Estado do Paraná, relativas ao Exercício Financeiro de 1.994, de conformidade com o PARECER PRÉVIO nº 127/97, que originou a Resolução nº 6.673/97-TC, de 10.06/97, que concluiu pela aprovação das contas do Executivo e do Fundo de Previdência Municipal - PRESERVA, o Acórdão nº 2.388/97, de 10 de junho do ano em curso que julgou regulares as contas do Poder Legislativo.

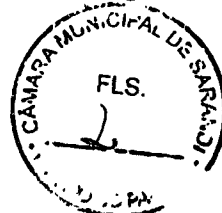
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões de Orçamento e Finanças, aos 29 dias do mês de agosto de 1.997.

[assinatura]
Antonio Manoel Mendonça Martins
PRESIDENTE

[assinatura]
Terezinha de Fátima Fama
VICE-PRESIDENTE

[assinatura]
Luís Carlos Baradel
MEMBRO



c/i/d

Nº 1 / 97

Of. nº 814/97

Curitiba, em 17 de junho de 1997.

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência o Protocolo nº 12.678/95-TC, referente à Prestação de Contas do Município de **SARANDI-PR**, do exercício financeiro de 1994.

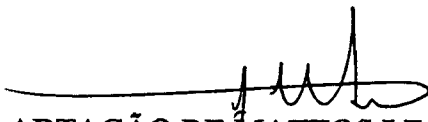
Conforme Resolução nº 6.673/97-TC (anexa), este Tribunal de Contas aprovou o Parecer Prévio nº 127/97, de fls. 1.271-1.272, que concluiu pela **APROVAÇÃO** das contas do Executivo e do Fundo de Previdência Municipal.

As conclusões do Parecer Prévio acima mencionados se constituem em elementos valiosos e relevantes para melhor orientação dessa Câmara Municipal, em obediência aos arts. 31, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal e 18, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Estadual.

Outrossim, de acordo com o Acórdão nº 2.388/97, de 10 de junho de 1997, esta Corte julgou **REGULARES** as contas do Poder Legislativo do Município, por estarem de acordo com as normas que regem a matéria.

Finalmente, destaco que as contas do Executivo e dos órgãos descentralizados mencionados, deverão ser julgadas, por essa Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido pela Lei Orgânica desse Município, a contar da data do recebimento deste processo.

Cordialmente,

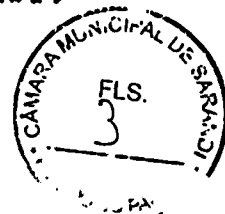

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
SARANDI-PR
/MTB

EXPEDIENTE - RECEBIDO

BM 26 JUN 1997

EXPEDIENTE LIDO
BM 30 JUN 1997





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contas Municipais

1263
1263

PROTOCOLO N°: 12.678/95-TC
ORIGEM : MUNICÍPIO DE SARANDI
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1994
INFORMAÇÃO Nº: 125/97-DCM

Senhor Diretor:

Refere-se este processo à prestação de contas do Município de **SARANDI**, relativamente ao exercício de 1994, a qual já obteve a opinião conclusiva de competência desta Diretoria.

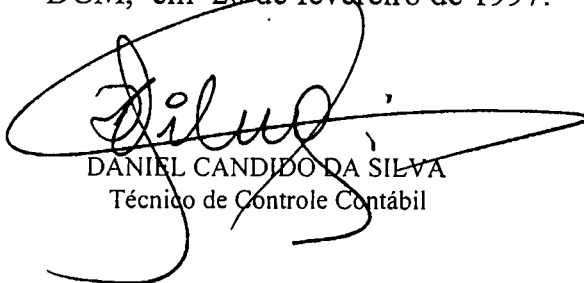
Todavia, retorna à D.C.M. por força do Parecer nº 22.943/96, fls. 1253-a-1257, da Douta Procuradoria do Estado junto ao TC/PR, para fins de juntada de documentos adicionais pertinentes ao Fundo Municipal de Previdência.

Comunicada a administração da Municipalidade, esta comparece por meio do Protocolado de nº 8.970-3/97-TC, fls. 1263-a-1267, com que busca atender o requerido.

Examinada a documentação, infere-se que a mesma satisfaz o solicitado.

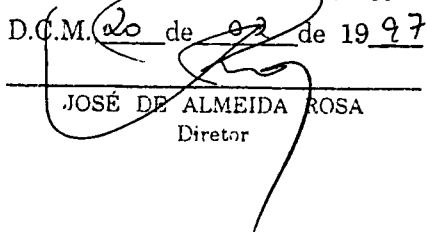
É a Informação.

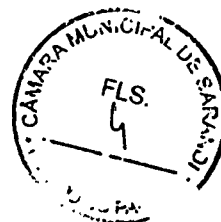
DCM, em 20 de fevereiro de 1997.


DANIEL CANDIDO DA SILVA
Técnico de Controle Contábil

Encaminhe-se a Procuradoria
do Estado Junto ao T. C.

D.C.M. 20 de 02 de 1997


JOSÉ DE ALMEIDA ROSA
Diretor






Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Ministério Público junto ao TC/PR

1220

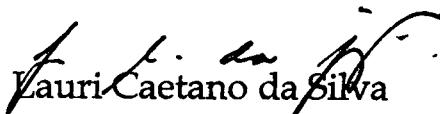
Isto posto, este Ministério Público Especial opina pela **APROVAÇÃO** das contas do Executivo Municipal de Sarandi, concernentes ao exercício financeiro de 1994.

É o parecer.

Ministério Público Especial, 26 de fevereiro de 1997.


Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
Procuradora

Visto. Encaminhe-se.


Lauri Caetano da Silva
Procurador-Geral





Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Ministério Público junto ao TC/PR

Protocolo nº 12.678/95

Interessado: Município de Sarandi

Assunto: Prestação de Contas Municipais

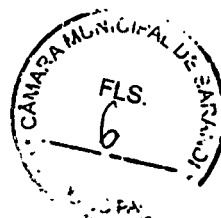
Parecer nº 4.835/97

Retorna a este Ministério Público Especial para nova manifestação a prestação de contas do Município de Sarandi, referentes ao exercício de 1994, após diligência solicitada pelo Auditor Joaquim A. A. Penido Monteiro, para que o Executivo comprovasse ter sido o parcelamento dos débitos com o Fundo de Previdência concretizado ou comprovasse a regularização da situação da inadimplência perante o Fundo, na forma dos repasses devidos relativamente à cota patronal

O Município, em atenção ao solicitado anexou o termo de acordo de parcelamento firmado entre Município e Fundo Previdenciário, bem como guias de recolhimento das duas primeiras parcelas do parcelamento.

Do exame da documentação, verificou-se que foi efetivado o parcelamento dos valores devidos, relativos à cota patronal do período de outubro de 1992 a dezembro de 1996, inclusive 13 salário de 1996, em 150 parcelas, nos termos do acordo celebrado entre Município de Sarandi e Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Sarandi (fls. 1264).

É de se lamentar que tantos anos tenham sido comprometidos para regularização da dívida do Município com o seu sistema previdenciário, no entanto, considerando que há um acordo celebrado entre as partes, há que se aceitar referido procedimento.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

AUDITORIA

Nº 1 / 97

1271

PROTOCOLO Nº: 12.678/95

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1994

RELATOR: AUDITOR JOAQUIM A.A. PENIDO MONTEIRO

DO EXECUTIVO

PARECER PRÉVIO Nº 127/97

Do exame preliminar, procedido pela Diretoria de Contas Municipais (DCM) na prestação de contas do Município de Sarandi, exercício de 1994, resultou a Instrução nº 863/96, na qual estão apontadas incorreções que o interessado procurou sanar com a remessa dos documentos protocolados sob nº 315.967/96.

Reexaminando o processo, a DCM elaborou a Instrução nº 1506/96, às fls. 1242/1252, deixando à consideração superior as contas do Executivo Municipal, tendo em vista que, durante o exercício de 1994, não efetuou nenhum pagamento ao Fundo de Previdência Municipal.

A Procuradoria do Estado, considerando as instruções originárias da DCM, encerra seu Parecer nº 22.946/96, opinando por nova diligência à origem, a fim de ser comprovado o parcelamento dos débitos junto ao referido Fundo ou regularizada a situação de inadimplência.

O Procurador-Geral, em Parecer de nº 25.287/96, adita o parecer anterior, concluindo pela aprovação das contas, inclusive as do Executivo Municipal, como tem decidido esta Corte de Contas.

A pedido do Relator, o processo retornou à origem para atendimento ao contido no parecer da douta Procuradoria do Estado.

Como resposta foram anexados os documentos protocolados sob nº 89.703/97, onde consta o Termo de Acordo de parcelamento firmado entre o Município e o Fundo Previdenciário Municipal, com o que o interessado busca sanar a irregularidade.

A douta Procuradoria do Estado, considerando que há um acordo celebrado entre as partes, através do Parecer 4835/97, opina pela aprovação das contas do Executivo Municipal de Sarandi, exercício de 1994.

No exame do processo, encontramos os seguintes resultados:

Receita Orçamentária	R\$	4.674.632,06
Superávit Financeiro do exercício anterior	R\$	19.855,28
Déficit Orçamentário (fls. 126)	R\$	266.270,83
Déficit Financeiro do exercício (fls.129/130)	R\$	246.415,55
Passivo Financeiro	R\$	322.913,44
Disponibilidade para cada real	R\$	0,24
Realizável (fls. 135)	R\$	59,69
Passivo Real Descoberto do exercício anterior	R\$	60.789,15
Superávit Patrimonial do exerc. (fls.131/132)	R\$	1.561.397,47
Ativo Real Líquido do exercício	R\$	1.500.608,32



[Handwritten signature]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº : 6673/97

Nº 1 / 97

PROTOCOLO Nº : 12678/95

ORIGEM : MUNICÍPIO DE SARANDI

INTERESSADO : O MESMO

ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS

RELATOR : Auditor JOAQUIM A. A. PENIDO MONTEIRO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do artigo 71, inciso I, combinado com o artigo 75, *caput* e 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal e artigos 75, inciso I e 18, §§ 1º e 2º da Constituição Estadual; do artigo 19, inciso X, da Lei nº. 5.615/67; e ainda, do Provimento nº. 01/96,

R E S O L V E

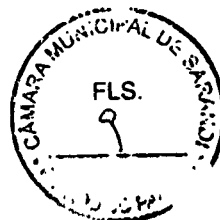
I - Aprovar a Prestação de Contas do Poder Executivo e do Fundo de Previdência Municipal do município de Sarandi, do exercício financeiro de 1994, com base no Parecer Prévio nº 127/97, de fls. 1271 e 1272, do processo respectivo, por estarem de acordo com as normas que regem a matéria;

II - Encaminhar o processo à Câmara Municipal para o competente exame e julgamento, consoante disposições constitucionais;

III - Ordenar as anotações necessárias junto à Diretoria de Contas Municipais.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.997.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 2388/97

Nº 1 / 97

PROTOCOLO Nº : 12678/95
ORIGEM : MUNICÍPIO DE SARANDI
INTERESSADO : O MESMO
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS
RELATOR : Auditor JOAQUIM A. A. PENIDO MONTEIRO

ACÓRDAM

Os Conselheiros do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**, nos termos do artigo 71, inciso I, combinado com o artigo 75, *caput* e 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal e artigos 75, inciso I e 18, §§ 1º e 2º da Constituição Estadual; do artigo 19, inciso X, da Lei nº. 5.615/67; e ainda, do Provimento nº. 01/96, em

I - Julgar **regulares** as contas do Poder Legislativo do município de Sarandi, referentes ao exercício financeiro de 1994, com base no Parecer Prévio nº 127/97, de fls. 1271 e 1272 do processo, que recomenda a sua **aprovação**, por estarem de acordo com as normas que regem a matéria;

II - Ordenar as anotações necessárias junto à Diretoria de Contas Municipais.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.997.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Estado do Paraná

À Comissão de Orçamento e Finanças.

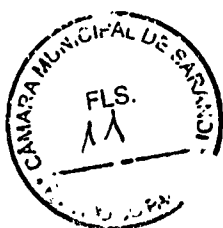
Presidente da Câmara

Como Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças designo relator do Projeto de Lei nº Prestação de Contas do Município de Sarandi. o Vereador Terezinha de Fátima Fama.

Presidente da Comissão

PARECER

"A Prestação de Contas do Município de Sarandi (Dos Poderes Executivo e Legislativo), APROVADO pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Parecer Prévio nº 127/96, referente ao Exercício Financeiro de 1994".



A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, desta Egrégia Casa de Leis, Estado do Paraná., no desempenho de suas funções, em especial o disposto nos Artigos 81 e 86, do REGIMENTO INTERNO, e tendo recebido por despacho do Senhor Presidente deste Legislativo, o Ofício nº 814/97, de 17.06.97, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Senhor Artagão de Mattos Leão, que encaminha para as devidas providências desta Câmara Municipal, a Prestação de Contas do Município "Executivo e Legislativo", referente ao Exercício Financeiro de 1994., que após um minucioso estudo de toda a documentação pertinente, conclui de forma F A V O R Á - V E L, ao Parecer Prévio nº 127/97, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por completo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI

Estado do Paraná

À Comissão de Orçamento e Finanças.

Presidente da Câmara

Como Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças designo relator do Projeto de Lei nº 001/97, de Prestação de Contas do Município de Sarandi, o Vereador a TEREZINHA DE FÁTIMA FAMA.

Presidente da Comissão

PARECER

Finalizando, esta Comissão apresenta o Projeto de Decreto Legislativo, elaborado de acordo com a decisão acima alcançada, para apreciação do Plenário.

Sendo o Parecer,

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, aos 13 dias do mês de agosto do ano de 1997

Terezinha de Fátima Fama,
Relatora

Pelas Conclusões:

Antonio Manoel Mendonça Martins,
Presidente

Luis Carlos Baradel,
Membro

